



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002248-71.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES/COEDE.

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada - Treinamento do sistema Cingo Codes.

**DESPACHO Nº 1492 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE ([1087782](#)) deste Tribunal, por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD de evento n. [1087785](#), objetivando à contratação de empresa especializada para realizar o treinamento dos servidores deste Tribunal para operar o sistema Cingo Codes de forma remota, oferecido pela empresa **CINGO SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.** - CNPJ: 05.511.344/0001-89.

A unidade demandante juntou inicialmente proposta comercial da empresa ([1088376](#)), bem como todos os elementos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, quais sejam, Documento de Formalização da Demanda ([1087785](#)), Estimativa da Despesa - retratada pela Informação Conclusiva sobre o valor estimada da contratação direta ([1088393](#)) e Termo de Referência n. 65/2023 ([1088609](#)).

Com a juntada das certidões nos eventos n. [1088379/1093567](#) (Certidão Negativa Improbabilidade Administrativa/Inelegibilidade, Certidão de regularidade trabalhista, certidão de Regularidade fiscal federal e Regularidade do FGTS- CRF), atestou-se a regularidade mínima da empresa proponente para contratar com a Administração Pública Federal.

O valor da contratação foi estimado em R\$ 13.483,00 (treze mil quatrocentos e oitenta e três reais), havendo a juntada da programação orçamentária da despesa pretendida ao evento n. [1093780](#).

Submetida a análise da SAC, esta unidade atestou a regularidade do processamento do feito às normas gerais de contratações estabelecidas na Lei 14.133/2021, para **contratação direta por inexigibilidade de licitação** ([1093563](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC concluiu nos termos do evento n. [1094742](#), em síntese, pela possibilidade de aprovação do TR



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([1088609](#)) e pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do referido termo de referência; pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal, registrando que a empresa que se pretende contrata já se encontra inscrita no cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, em atendimento a informação do senhor Secretário da SAOFC.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do TR; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da contratação; pela contratação direta da empresa **CINGO SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.511.344/0001-89, por inexigibilidade de licitação; e pela publicação da nota de empenho e do ato de dispensa no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, bem como pela inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([1095612](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu artigo 74, define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Assim é exposto na lei:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição [...]*

Em seguida, no referido artigo, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a **situação da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**: treinamento e aperfeiçoamento de pessoal:

**Art. 74.** É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:**

(...)

**f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, **considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O conceito de inviabilidade de competição, por sua vez, decorre de causas nas quais há a ausência de pressupostos que permitam a escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado.

Como bem anotado pela Assessoria Jurídica da SAOFC no item 13 de parecer jurídico de evento n. [1094742](#), a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação definida no **art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021**.

Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**, pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados na Lei de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo a comprovação de **notória especialização** de profissionais ou das empresas para configurar a inexigibilidade de licitação.

Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU, **desde a vigência da antiga legislação (Lei 8.666/90)**, já dispensava a demonstração dos dois requisitos exigidos sob sua égide (natureza singular e notória especialização) quando o evento de capacitação for ofertado por cursos abertos, o que não encontra qualquer vedação no regime da Lei



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.133/2021, de modo que é plenamente compatível com seus princípios e regras, portanto aplicável.

Assim, por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros, não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU, nos termos do item 15 do parecer exarado pela AJSAOFC ([1094742](#)).

No caso sob análise, conforme relatado e descrito no objeto do TR ([1094742](#)), pretende-se operacionalizar a contratação de empresa CINGO SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ: 05.511.344/0001-89, especializada para a Preparação de Treinamento gravado do Sistema Cingo Codes, recentemente implantado pelo Tribunal e faz parte do Projeto Rh Online, que pretende concentrar vários serviços de RH em um único sistema, com encaminhamento de todo o material do Treinamento para a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento em conformidade com o descrito na Proposta evento [1088376](#), que oportunamente transmitirá o treinamento para os servidores do Tribunal conforme registrado no item 4.1 do TR ([1088609](#)).

Considerando que a escolha se insere no campo da discricionariedade, e em conformidade com o §3º, do art. 74, entende-se que a empresa escolhida reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que a mesma é a mais adequada à plena satisfação dos objetivos colimados, de modo que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação **com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021.**

Verifica-se que o evento em tela está prevista no Plano Anual de Capacitações de 2023 do TRE-RO, sob n. CP01004, conforme informado pela SEDES no item 2.1 do Termo de Referência ([1088609](#)).

No que diz respeito ao balizamento dos preços praticados, nada há de reparos nesse aspecto, tendo em vista que, conforme descrito no item 11.2 do Termo de Referência n. 65/2023-SEDES ([1088609](#)) fazendo remissão aos dados da informação conclusiva do valor estimado ([1088393](#)), o preço cobrado pela inscrição dos servidores é o mesmo para qualquer órgão da Administração Pública e também para o setor privado, registrando-se, que o valor ofertado para este evento ficou em **31%** abaixo da média dos Cursos e Treinamentos similares contratados recentemente, deve-se salientar que tal oscilação apresenta-se razoável tendo em vista tratar-se de evento de capacitação, onde diversos fatores devem ser considerados, fato



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

já registrado na referida informação, de forma, que houve a conclusão de que o valor proposto está compatível com os praticados no mercado.

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório a própria Lei 14.133/2021 em seu art. 72 elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal nos termos da IN n. 9/2022 que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Solicitação de Contratação), Estimativa da despesa e TR/PB, todos acostados aos autos nos eventos n. [1087785](#), [1088393](#) e [1088609](#), facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência de tais documentos.

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que contém todos os elementos tidos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, dentre elas: a) a **razão da escolha do fornecedor** (dada a notória especialização nos termos do item 14.1 do TR-[1088609](#)); e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021)** - a partir da juntada do documento denominado Informação Conclusiva do Valor Estimado - evento [1088393](#).

Referente ao item 5.1 do TR ([1088609](#)) onde consta a informação de que o **contrato será substituído pela nota de empenho**, cabe registrar que, em que pese a lei não incluir as situações de inexigibilidade no rol das contratações para as quais pode-se dispensar o instrumento de contrato, verifica-se que no caso sob análise, mesmo não sendo caso de dispensa de licitação, estamos diante eventual contratações que não resultem obrigações futuras e encontra-se dentro do limite de dispensa em razão do valor (**R\$ 57.208,33**), aí incluídas as inexigibilidades de licitação, de modo que aplicando-se os princípios da proporcionalidade, da celeridade e da economicidade, não se mostra razoável admitir-se que esse novo diploma legal pretenda estabelecer um procedimento mais oneroso para a prática do ato, na contramão da mitigação dessa formalidade já pacificada no regime da Lei n. 8.666/93.

Por fim, a fim de evitar quaisquer incidentes à contratação, do caderno processual já se verifica que foi comprovada a inscrição da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa que se pretende contratar no cadastro do Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF ([1095233](#)), de acordo com a informação do senhor Secretário da SAOFC no evento [1090607](#).

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

**I - Aprovo o Termo de Referência n. 65/2023-PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([1088609](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1088393](#)**, em cumprimento ao [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) alterado pela [Portaria 57/2023/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

**III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento** no art. 74, III, "f" da lei nº 14.133/2022, em razão da inviabilidade de competição;

**IV - Adjudico o objeto à empresa CINGO SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.511.344/0001-89 e autorizo a emissão da Nota de Empenho no valor de **R\$ 13.483,00** (treze mil, quatrocentos e oitenta e três reais), **em favor da referida empresa**, depois de verificada sua regularidade fiscal;

**V - Determino a divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando constante do Parágrafo único do art. 72 e no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 11/12/2023, às 18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1096335** e o código CRC **92B8C6FA**.

---

0002248-71.2023.6.22.8000